



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL DE 2026

ATA N.º 3/2026

(CONTÉM 44 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de catorze de abril de dois mil e vinte e seis, e atendendo ao seu aditamento ulterior, datado de vinte e um de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro no miniauditório municipal, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos

1. Período antes da ordem do dia:

- 1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2026 – Apreciação e deliberação;
- 1.2 Informações – Apreciação;

2. Período da ordem do dia:

- 2.1 Prestação de Contas Relativas ao Ano de 2025, Proposta de Aplicação de Resultados – Relatório Anual de Auditoria em 31 de dezembro de 2025 – Certificação Legal de Contas e Parecer do Revisor Oficial de Contas – Apreciação e deliberação;
- 2.2 Proposta pela Assembleia Municipal da lista de candidatos a juízes sociais, para o biénio de 2026/2028, a intervir nas causas da competência genérica dos tribunais de menores (Comarca de Bragança – Juízo de competência genérica de Miranda do Douro) – Apreciação e deliberação;
- 2.3 Minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação;
- 2.4 Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação;



2.5 Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Silva e Águas Vivas, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações – Apreciação e deliberação;

2.6 7.ª Alteração ao Orçamento de 2026, que compreende a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 1.ª alteração modificativa ao plano de atividades municipais e a 1.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos – Apreciação e deliberação;

2.7 Relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Miranda do Douro no ano de 2025 – Apreciação;

2.8 Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Miranda do Douro e a Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito da manutenção da faixa de gestão de combustível da rede secundária/rede viária municipal – Apreciação e deliberação;

2.9 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação;

2.10 Outros assuntos.

3. Período de intervenção do Público.

Estiveram presentes os seguintes membros: Pedro Velho Ferreira, Alfredo Eduardo Argulho Alves, António Augusto Castro Carção, António Manuel Marques Santos, Priscila Salomé Ribeiro Oliveira, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zélia Alexandra Alves Gonçalves Martins (em substituição de Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama), Emanuel Pinto Bernardo, Cristina Maria Teles de Sousa Martins, Emanuel David Carção, Carolina Rodrigues Mesquita, António Marcos Ruano, Edite Dias Lopes, Micaela Raposo Fernandes da Igreja, Francisco José Carvalho Parreira, Álvaro Xavier Carvalho Rodrigues, António Jorge Jacoto Lourenço, Lísis Fernandes Gonçalves, Nélito Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Maria Virgínia Lopes Preto, Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama, cuja falta foi justificada, Ricardo Nuno Jordão Coelho, cuja falta foi



justificada, Ricardo Jorge Raposo Lucas, cuja falta foi justificada, e José Francisco Gonçalves Ribeiro, cuja falta foi justificada.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: Helena Maria da Silva Ventura Barril, António Nuno Marcos Rodrigues e Vítor Manuel Vaz Rodrigues.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros do Órgão Executivo: António José Fernandes Ribeiro e Ana Sofia Fernandes Ortega.

Constatando-se a presença de quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal**, Pedro Velho Ferreira, declarou aberta a reunião eram nove horas e cinquenta e quatro minutos e deu início aos trabalhos.

1. Período antes da ordem do dia:

1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2026 – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem intervir o fizessem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, pôs a ata da reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2026 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Depois, passou-se ao ponto seguinte da ordem do dia.

1.2 Informações – Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deixou alguns considerandos acerca da transmissão em direto, a partir daquela data, das reuniões desta Assembleia Municipal.

Manifestou o seu orgulho relativamente a esta assembleia, nomeadamente pela forma profícuca como tudo tem decorrido no que se refere à atuação do órgão deliberativo.

Comentou que a Comissão Eventual criada no âmbito da temática “Poder Local”, cujo objetivo é organizar a celebração do quinquagésimo aniversário das eleições autárquicas e da Constituição da República de 1976, já havia reunido e que estaria a organizar a atividade.

Lembrou que alguns dos Membros que integram esta Assembleia Municipal ainda não haviam disponibilizado fotografia tipo passe para colocar no *site* do Município.



Referiu que, provavelmente, haverá necessidade de efetuar uma revisão ao Regimento da Assembleia Municipal para acertar alguns pormenores, nomeadamente, no que toca à flexibilização da posição do ponto da intervenção do público na ordem de trabalhos, a respeito do que considera que seria mais pertinente que o Público interviesse logo no início das reuniões, para que, caso não pretendam assistir à reunião na íntegra, possam sair logo após terem efetuado a respetiva intervenção.

Também abordou a questão da elaboração da ata em minuta, respeitante a cada reunião, mencionando que no regimento da assembleia não se prevê esta questão.

Por outro lado, acrescentou que também seria pertinente constar no regimento interno alguma informação acerca das eventuais petições a este órgão deliberativo.

Deu conhecimento de que, nos passados dias 10 e 11 de abril, havia participado no 1º Encontro de Presidentes de Assembleia Municipal e Gabinetes de Apoio, organizado pela Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), o qual decorreu em Portimão, referindo que correu bastante bem, e salientando a importância de tomar conhecimento de outras realidades, no que se refere à forma como são geridas as assembleias municipais.

Para terminar, comentou que vai ser levada a cabo uma iniciativa no âmbito da comemoração do 52.º aniversário da “Revolução do 25 de abril”, em que os líderes dos grupos municipais e ele próprio farão um pequeno vídeo para divulgação nas redes sociais da Assembleia Municipal.

Em seguida, dirigindo-se aos membros presentes, perguntou se pretendiam apresentar alguma informação relevante para este concelho, tendo manifestado a intenção de intervir os membros a seguir indicados: Luís Santiago, Bruno Torrado, António Santos, Nélcio Seixas, Emanuel Bernardo, Carolina Mesquita e António Carção.

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor**, Luís Santiago, começou por cumprimentar todos os que se encontravam presentes na reunião e continuou referindo que o protocolo celebrado no ano de dois mil e vinte e cinco entre o Município e a União de Juntas de Freguesia de Sendim e Atenor estava em fase de conclusão. Fazendo alusão à reconstrução de uma casa no Largo do Canzelo, em Sendim, e à execução de um depósito de água em Atenor, que considera ser importante nesta época no verão, afirmando que ambos estão praticamente em fase de conclusão.



Comentou que a obra do matadouro que está a ser executada em Sendim continua a bom ritmo, aproveitando para perguntar ao Executivo Municipal se vai dentro dos prazos, para quando está prevista a sua conclusão e se não vai derrapar a nível financeiro.

Abordou ainda outro assunto, concretamente, a situação do Centro de Inspeções de Automóveis, acerca do que ouviu comentar que vai ser feito num concelho vizinho, declarando que gostaria que o Executivo Municipal pusesse os membros desta assembleia ao corrente da situação atual respeitante a essa questão, perguntando se já havia um prazo previsto para dar início às obras.

Por fim, e em relação ao dia 25 de abril, o Dia da Liberdade, disse que a melhor liberdade é respeitar sempre as ideias dos outros, com educação. Considera que, quando se tem uma ideia diferente a respeito de qualquer assunto, se deve ouvir os outros e nunca pensar que se tem sempre a razão. É isto que em sua opinião é o melhor da liberdade: o respeito e a educação.

O **Membro Bruno Torrado** começou por cumprimentar todos os presentes e deu continuação à sua intervenção dizendo que parabenizava o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela conquista de passar a transmitir *online* as reuniões desta assembleia municipal, já que há muitos anos que se falava em fazer isto, mas a verdade é que foi no presente mandato que foi feito, e, enquanto Presidente desta assembleia, representa a todos os respetivos membros, por isso está de parabéns por ter alcançado este feito. Parece-lhe ser importante porque aproxima mais a assembleia municipal da população, fazendo com que seja uma Assembleia mais aberta e as pessoas percebam melhor o significado do que é fazer política local.

Em segundo lugar, questionou o executivo municipal a respeito de uma intervenção do público que decorreu há duas reuniões atrás para a criação de um parque infantil na escola. Perguntando acerca deste assunto qual é o ponto de situação, se já foi feito um levantamento do local e respetivos prazos de execução.

Também no âmbito daquilo que é o contrato com os cidadãos e as promessas eleitorais, quanto ao programa eleitoral que saiu vencedor nas últimas eleições autárquicas, referiu que contém uma ideia que é a criação de programas para fixação de jovens no nosso concelho. Portanto, gostaria de saber o que já foi feito quanto a isso, o que está pensado, o que está planeado fazer no futuro. No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor sobre o Centro de Inspeções, também questionou o executivo acerca do ponto de situação sobre esta questão, mencionando que no dia anterior, em Conselho de Ministros, lhe parece que houve alterações quanto à implementação de centros de inspeções em territórios de baixa densidade.



Não obstante desconhecer que novidades é que isso eventualmente trouxe, se são mais favoráveis, ou menos favoráveis, saber se o executivo está a par dessa situação, e se estão, que expliquem um pouco aos membros desta assembleia e à população essa situação.

Deixou também uma palavra sobre o evento da Feira dos Stocks, pensa que tenha sido organizado pela Associação de Comerciantes de Miranda do Douro, com o apoio do Município, felicitando os mesmos por esta iniciativa, e crê que este tipo de iniciativa deve ser apoiado. Comentou que este foi o primeiro ano em que o evento se realizou, afirmando que é um caminho que está a ser feito, e, portanto, pensa que se deve repetir, e que estão todos de parabéns por terem feito esse evento.

O **Membro António Santos** apresentou os seus cumprimentos aos presentes e em seguida começou por dar uma informação, referindo que a comemoração e o encerramento do projeto “Escolas à Descoberta de Abril”, que ele já tinha aqui anunciado, foi adiada. Acrescentou que será realizada no final do mês de maio ou no início do mês de junho na escola. Expôs que se trata de uma ação promovida pelo Conselho Nacional de Educação, honrando a todos por ter escolhido a Escola de Miranda do Douro para fazer o encerramento desse projeto.

Por outro lado, e a propósito do “25 de abril”, felicitou o município pela agenda de comemorações que tem prevista nesse âmbito, nomeadamente no Arquivo Municipal, na sexta-feira, e no dia seguinte na Casa da Cultura. Referiu que é importante que a data do “25 de abril” seja lembrada, que seja festejada, sobretudo num momento em que assistimos a alguma deturpação dos valores de abril, algum passar uma esponja pelo passado e pelo presente também, e pelas conquistas que se atingem hoje em dia. Acha vergonhoso aquilo que às vezes se assiste na praça pública, por exemplo na imprensa, que denota uma falta de memória atroz. E se há coisa a que nós nos devemos agarrar é à memória, é à experiência dos mais velhos para podermos aprender alguma coisa sobre o nosso presente. Portanto, felicitou também o Presidente da Assembleia pela comemoração do “25 de abril” que sabe que está a ser preparada.

Deixou nota a respeito de um assunto que já tinha abordado aqui anteriormente, que tem a ver com aquela estrutura metálica que um partido político colocou no centro de Miranda do Douro, afirmando que cada vez que lá passa se sente envergonhado por ver aquilo ali. Sobretudo numa altura destas, de comemoração de abril, acha que aquilo é uma afronta que está a ser feita a todos nós mirandeses. Comentou que tem de haver maneira de tirar aquilo dali.

Referiu que, se não há, já tinha antes proposto e já tinha oferecido o grupo parlamentar do PS para colaborar na realização de um regulamento da publicidade eleitoral para Miranda do Douro,



que pelos vistos não existe. Se é esse o problema, que se proporiam futuramente apresentar aqui a votação um regulamento que permita que esses tipos de estruturas sejam retirados, e que torne a trazer dignidade aos espaços. Acha vergonhoso que aquela estrutura esteja ali há meses, e que, atendendo a que não se avizinha nenhum momento eleitoral, não há razão nenhuma para aquilo ali estar. Considera que é um absurdo, e que nem sabe até que ponto em termos de segurança não apresenta problemas à circulação e à passagem das pessoas por aquele local.

A **Membro Carolina Mesquita** cumprimentou todos os que estavam presentes e em seguida proferiu a seguinte intervenção:

“Permita-me uma breve nota introdutória: estamos prestes a assinalar mais um 25 de abril, data fundadora da nossa democracia, que restituiu aos portugueses as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, o direito da participação política e o poder local democrático.

No momento em que vão surgindo várias tentativas de deturpar ou reescrever aquilo que foi o antes e o pós 25 de abril, importa reafirmar com clareza: não se trata de uma narrativa, tratam-se de factos históricos. Antes havia uma censura, uma limitação de direitos, ausência de eleições, e depois construímos um regime democrático que nos permite hoje estar aqui a debater de forma livre e plural.”

Relativamente ao Plano Municipal de Saúde, pediu ao executivo municipal que atualizasse esta Assembleia do estado concreto do processo. Questionou em que fase se encontrava atualmente, nomeadamente a elaboração do programa do procedimento, do caderno de encargos e a consulta preliminar do mercado, e qual é o calendário previsto para lançamento de concurso e entrada em funcionamento do plano.

O **Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela**, Nélío Seixas, cumprimentou os presentes e prosseguiu dando nota de um evento que ocorreu na sua freguesia, concretamente em Paradela, que foi o “*Trail do Contrabando*”. A este respeito deixou uma palavra de gratidão e apreço ao Clube Desportivo Mirandês, mais concretamente à secção do atletismo pela sua colaboração. Aludindo que houve ali muito trabalho envolvido daquelas pessoas, pessoas que despenderam um bocado do seu tempo, inclusivamente houve pessoas que tiraram férias para organizar aquele evento. Deixou o registo de que o evento correu bem e que participaram cerca de 500 pessoas, deixando o seu apreço a todas elas.

Deixou uma nota negativa em relação ao município, a respeito de algo acerca do que falaram na última Assembleia, que é a sobreposição de datas de eventos. Referindo que se verificou uma



sobreposição com outro evento organizado pelo município, declarando que não perceberam ainda muito bem quem sobrepôs a quem, mas que é algo que é preciso mesmo ter em conta.

Outra questão colocada prende-se com o ICNF e o Parque Natural do Douro Internacional. A respeito do que disse, que recentemente foi publicado um aviso em Diário da República sobre o alargamento dos limites de alguns parques a nível nacional, nomeadamente o Parque Natural do Douro Internacional, e que, possivelmente, não tendo esse conhecimento, não sabendo se o executivo ou alguém pode dar essa informação, provavelmente o Parque Natural do Douro Internacional também vão alargar os respetivos limites. Disse que gostaria de saber se o executivo tem algum conhecimento quanto a esta questão e se o parque passa a englobar outras freguesias. Aludiu que a união de freguesias que representa está toda englobada, mas que, se calhar é do interesse de alguns presidentes de junta saber se as suas freguesias vão ser ou não englobadas. Isto porque, o facto de se encontrar integrado no parque pode ser algo bom, mas que também se impõem algumas limitações.

O **Membro Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e continuou a sua intervenção deixando algumas notas.

Começou por fazer uma referência ao momento que se vive, concretamente a celebração dos 52 anos do 25 de abril. Enquanto membros desta Assembleia, também quis alertar para a responsabilidade, em que, volvidos 50 anos, se olha um bocadinho para trás, e nesta casa onde passou muita gente e que todos eles, de uma forma ou de outra, tentaram levar o nome das freguesias deste concelho avante. Também disse que é importante não esquecer e deixar este repto à Assembleia, que dia 12 de dezembro se celebram os 50 anos das primeiras eleições autárquicas, sendo esta uma das grandes conquistas de abril, a do poder local democrático que aproxima os cidadãos, os eleitos aos eleitores, e que garante confiança. No pós 25 de abril, com tempos conturbados da política nacional, foram os autarcas que garantiram a estabilidade e liberdade do povo.

Deixou também uma nota de regozijo, como mirandês, e essencialmente também como habitante deste concelho e de pessoa aqui nascida, que é a nomeação de uma figura das nossas terras para representar uma das mais altas instituições nacionais, e por isso, fazer esta menção em nome desta Assembleia, à nomeação do novo Diretor Nacional da Polícia Judiciária, Carlos Cabreiro, que é natural da Freguesia de Picote.



Prosseguiu deixando algumas questões ao executivo municipal. Em primeiro lugar, saber qual foi o balanço feito em relação à Feira da Bola Doce e à Feira dos Stocks.

Pegando naquilo que é o programa do PSD, que foi sufragado nas últimas eleições, consta a criação de um espaço de eventos e feiras que, possivelmente, poderá ser até o novo pavilhão multiusos. E, nesse sentido, procurou perceber, depois daquilo que foi aqui abordado no passado, perguntar o que é que já foi feito nesse sentido, e se já há algum avanço para que essa obra tenha um pontapé inicial.

E, pegando mais uma vez no programa do PSD, questionou o executivo quanto a uma Escola Profissional em Miranda do Douro e a um Curso de Hotelaria.

O **Membro António Carção** apresentou os seus cumprimentos e prosseguiu felicitando o Presidente da Assembleia pelo ilustre e distinto discurso que proferiu no num evento realizado pela ANAM, Associação Nacional das Assembleias Municipais, em Portimão, comentando que, pelos vistos, deu grande brado. Mencionou que, além de representar muito bem esta Assembleia, representa muito bem o Concelho que o elegeu. Em seguida pronunciou-se acerca da questão do turismo, fazendo uma reflexão direta ao Partido Socialista em geral, e em particular a um ou outro elemento desta Assembleia.

Lembrou que tinham estado na reunião que aconteceu na Feira da Bola Doce, onde o Senhor Presidente da Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal fez uma alusão bem extensa do que é o turismo em Portugal, e, em particular, Miranda do Douro. Referiu que aquilo que foi dito, e que toda a gente ouviu, nada corresponde ao que o Partido Socialista disse na campanha eleitoral e nesta Assembleia Municipal. Afirmou que é importante refletir, poi, Miranda é um baluarte no que se refere ao turismo, e afinal não tem apenas 1.6 turistas por noite de estadia, e também confirmou que só unidades acima de 10 camas é que são obrigadas a fazer ou a dar os registos à associação quanto ao turismo, para ver quais são as pessoas, sendo Miranda do Douro uma referência.

Colocou a seguinte interrogação a esta Assembleia, e a esta Presidente da Câmara: como é que está a situação dos carreirões do contrabando? Afirmando que são importantíssimos para valorizar o turismo. Chamou à atenção acerca do estado de conservação da sinalização dos percursos pedestres, que está a ficar degradada, salientando que é importante haver uma equipa que faça a reposição de algumas placas em todo o Concelho. Também sugeriu que fossem criados outros percursos pedestres, tal como outros miradouros na parte norte do concelho.



Quanto à visita do Ministro da Agricultura no evento da Feira de Gado da Raça Churra Galega Mirandesa, manifestou a sua alegria de ver os nossos agricultores falar com o ministro e agradecer-lhe aquilo que tem feito pela agricultura, principalmente naquele sinistro em que os lobos comem as ovelhas e a culpa não é de ninguém, referindo que o ICNF só complica.

Mencionou que este Ministro bateu o pé e disse abertamente que não são os agricultores que têm de pagar a existência de lobos. Alguém terá de ser, mas não o agricultor. Comentou que o Ministro foi prático, pragmático e que merece o nosso louvor, bem como agradecer o aumento de subsídios no âmbito de outras raças.

E, para terminar, abordou o tema do 25 de abril, declarando que gostou muito do que aqui ouviu, manifestando pena e mágoa quando ouviu dizer: "Antes do 25 de abril é que era bom".

Disse que as pessoas não têm memória, não têm passado, e que deviam vivenciar a fome e a exploração, que se vivenciou antes do 25 de abril para compreenderem as vantagens de viver em Democracia. Referiu que era uma desgraça nascer mulher. O ensino só era permitido aos filhos dos ricos e dos muito ricos, no mínimo iam estudar para Bragança e para o Porto. A qualidade de vida era péssima. As casas eram autênticos cubículos, de 50 metros quadrados, para alojar 10 filhos. Questionou se isto é que é o 25 de abril, e se, isto é, aquilo que queremos. Pois quer-se muito mais do 25 de abril. Quer-se qualidade de vida, quer-se desenvolvimento. Alegou que o 25 de abril não está completo, longe disso. E no interior está muito incompleto. Referiu que esta região tinha sido eternamente abandonada, por todos os partidos e por todos os governos, depois do 25 de abril. Comentou que se fala muito no interior, mas o que é o interior? Afirmou que aqui se vive no interior do interior, este interior triste e abandonado. Declarou que é isto que tem de ser dito bem alto ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da República, que tem de haver coesão, mas não fazer como o anterior governo que criou um ministério e uma secretaria, uma secretaria que até colocou em Bragança para a coesão territorial. Questionou quais foram os resultados, afirmando que foram zero. Defendeu que não precisamos de bandeiras, precisamos de dados. Concluiu com a frase *"E viva o 25 de abril, viva o poder local."*

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes e continuou a sua intervenção convidando a todos os munícipes a estarem presentes nas festividades do Divino Senhor da Piedade, que se realiza em São Martinho de Angueira, nos próximos dias 1 e 2 de maio.



Em tom irónico, alertou para o tipo de calçado que devem usar na procissão, visto que os arruamentos onde passa a procissão estão deveras deteriorados.

Deixou uma questão ao executivo, conforme se faz constar: no mês passado saiu uma notícia do Secretário de Estado da Agricultura referindo que iriam ser lançadas medidas a serem aprovadas no final de março de 2026 para criação de matadouros móveis. Considera que isto pode, eventualmente, ser um golpe duro de que não estavam à espera, dentro das ordens de trabalho do município, para o matadouro que está a ser construído pelo município. Não considera que seja uma guerra entre pequenas explorações e um matadouro municipal, mas deixou a questão e saber se estão a ser trabalhadas medidas preventivas nesse âmbito, ou então que seja criado um consenso de trabalho no futuro.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, proferiu uma intervenção inscrita, cujo teor, para constar na presente ata, passa a ser transcrita:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, estimados colegas e membros da Assembleia, caros Presidentes de Junta, público em geral.

Antes de mais quero também subscrever aquilo que o deputado Emanuel Bernardo referiu relativamente à indicação de um alto quadro do Estado, no caso particular da nossa freguesia de Picote, à qual nós também já tínhamos feito a devida divulgação, porque é merecido porque, como digo, é um dos nossos que está nos mais altos quadros do Estado e portanto isso é motivo de orgulho, só isso, só motivo de orgulho porque, quanto ao resto, temos que fazer o que temos que fazer e aquilo que são as nossas obrigações. Quero também obviamente felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por esta iniciativa e por passados estes anos termos conseguido passarmos a divulgar de forma direta as assembleias municipais, e, portanto, hoje estamos a fazer história nesta Assembleia Municipal. Ao transmitirmos em direto esta Assembleia para as redes e para o mundo, estamos a cumprir um dever, estamos a fortalecer um pilar da democracia local. Esta iniciativa reforça o nosso compromisso com a transparência democrática e a proximidade entre os eleitos e a população, permitindo que todos acompanhem as decisões e debates que moldam o futuro das nossas freguesias e do nosso concelho em tempo real.

Contudo, esta janela aberta traz consigo uma responsabilidade partilhada que não podemos ignorar. Vivemos tempos onde a mentira corre mais depressa que a verdade. A desinformação é o grande veneno da democracia moderna. Esta transmissão é o nosso antídoto. Aqui não há



espaço para frases fora de contexto ou interpretações de conveniência. Os cidadãos têm agora o poder de ouvir, ver e julgar pela sua própria consciência diretamente na fonte, combatendo o ruído das notícias falsas que apenas servem para dividir e incentivar ao ódio. A presença das câmaras e o olhar atento de quem nos assiste exige de nós uma elevação de espírito. O debate de ideias é a alma da política, mas esse debate deve ser pautado pelo rigor, pela educação e pelo respeito institucional. Não estamos aqui para o espetáculo do ataque pessoal, estamos aqui para o confronto saudável de visões estratégicas para as nossas freguesias e para o concelho, aproximando os órgãos de decisão, os cidadãos permitindo que todos se sintam parte ativa do concelho e de uma democracia que se quer mais participativa e menos representativa. Ao assistir o cidadão compreende melhor os processos políticos, os desafios com que nos deparamos em cada decisão que temos que tomar para o desenvolvimento das nossas freguesias e do nosso concelho. A poucas horas celebramos o 25 de abril, esta sessão ganha um peso histórico diferente. Celebrar abril é celebrar o direito à palavra, mas também celebrar o direito de cada cidadão saber o que se decide sobre a sua terra. O 25 de abril trouxe-nos a democracia, mas a democracia não é uma peça de museu, é um organismo vivo, precisa de luz.

Ao transmitirmos esta Assembleia em direto, estamos a honrar os valores de abril. A transparência não é uma cortesia do poder, é um direito do povo. A liberdade exige verdade. A liberdade de expressão que tanto nos custou a conquistar não pode ser usada como arma de arremesso ou como escudo para a mentira. Agora que estamos em direto para o mundo, o perigo de ver as nossas palavras manipuladas ou retiradas do contexto em redes sociais aumenta. Que este acesso direto à informação sirva para elevar o debate. Que quem nos vê veja propostas e não ataques, que veja soluções e não ruído. A desinformação combate-se com a verdade, olhos nos olhos, perante as câmaras e perante o povo. Nestas vésperas de abril, a nossa responsabilidade como membros desta Assembleia é redobrada. Se temos a audácia de transmitir o que fazemos, temos de ter a competência de o fazer bem. Não estamos aqui para fazer teatro para a internet, mas para trabalhar pela dignidade das nossas pessoas e daqueles que nos elegeram. Que estes diretos sejam o espelho de uma democracia madura. Que os debates sejam acesos como convém a quem ama a sua terra, mas que seja sempre respeitoso como exige a memória de quem nos deu a liberdade. Aos munícipes que acompanham pelo ecrã deixo um apelo: usem estas ferramentas com civismo e inteligência, não de forma artificial, mas de forma real e responsável, pois como diz o provérbio: "O homem é dono do que cala e escravo do que fala".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



de comentário e partilha seja um fórum de construção e não uma arena de discórdia. A democracia fortalece-se com a vossa participação crítica, mas fundamentada. Ao terminar, convido todos a visitar a exposição dos 50 anos da Constituição e do poder local que abrirá hoje no Arquivo Municipal em Miranda do Douro às 5 da tarde. Viva o 25 de abril, viva o poder local, viva Picote, viva Miranda do Douro.”

O **Membro António Santos**, a propósito da intervenção do Membro António Carção, começou por felicitá-lo pelas suas palavras relativas ao 25 de abril. Já relativamente àquilo que disse o Senhor Presidente do Turismo Porto e Norte, o qual ouviu com muita atenção, parece-lhe que não ouviram a mesma coisa. Porque ele, como pessoa educada que é, em casa de quem o convidou é simpático. E ele falou dos dados sobretudo do Turismo Porto e Norte, e que meteu por ali Miranda do Douro. Porque não foi específico sobre Miranda do Douro. Declarou que o Presidente do Turismo Porto e Norte foi muito simpático, e teve toda a razão na forma como fez a intervenção. No entanto, aquilo que falaram aqui sobre o turismo não são opiniões, mas sim factos, que estão no Pordata, e que são do Conselho Nacional de Estatística. Referindo que o que lá está é que Miranda do Douro em 2024 foi dos concelhos que mais perdeu turistas: 14 %. Portanto não é uma questão de interpretação. Disse que o Presidente do Turismo falou de facto dos estabelecimentos turísticos com menos de 10 camas que não eram obrigados a registar. Mas parece-lhe que o Membro António Carção ouviu apenas o que quis ouvir.

Dirigindo ainda a palavra ao Membro António Carção disse que, por exemplo, podia ter referido a intervenção do Vice-Presidente do Turismo Porto e Norte que esteve cá anteriormente na Feira dos Sabores. Afirmando que foi muito indelicado porque foi incorreto naquilo que disse, e que deturpou os dados que estão lá escritos e dessa parte não gostou, até ficou de alguma forma ofendido, porque parecia que ele estava a fazer um frete político. Já o Senhor Presidente do Turismo, não, foi muito correto naquilo que disse.

Continuou dizendo que as observações que fizeram relativamente ao turismo são no sentido de se fazer uma reflexão e de se melhorar aquilo que se está a fazer. Recordou que na última assembleia propôs que se fizesse um inquérito, que se procurasse saber quem é que vinha a Miranda para melhor trabalhar esses públicos, porque é isso que interessa, é melhorar, não é criticar por criticar.

A **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os presentes e deu continuação à sua intervenção manifestando que é com muita satisfação que estão aqui pela primeira vez, ao fim de
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



uma batalha dura e longa, estando finalmente a transmitir as reuniões da Assembleia Municipal em direto. Acha que, é de facto, um reforço muito grande e que acontece neste momento tão nobre para a democracia, porque está praticamente a ser celebrado o 52.º aniversário do 25 de abril.

Louvou a consciência dos mais jovens, que ficou muito pautada nas palavras da Membro Carolina Mesquita e do Membro Emanuel Bernardo. Portanto, está certa de que os mais velhos estão a transmitir às gerações mais novas alguma coisa e a consciencializá-las. Sem embargo serem também gerações muito motivadas por querer aprender e querer saber mais.

Aproveitou o facto de se ter mencionado a nomeação do Dr. Carlos Cabreiro para Diretor Nacional da Polícia Judiciária, para manifestar que qualquer um dos conterrâneos deste concelho fica satisfeito. Deixou nota de que o cargo para o qual foi nomeado é um cargo de uma exigência muito elevada, e não é pelo facto de o Carlos Cabreiro ser de Picote que nos vai facilitar ou complicar a vida a nível judicial. Mas, independentemente disso, deixar de forma unânime esta satisfação.

Disse que, das questões que foram aqui colocadas relativamente a obras, a pedido também do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que disse previamente para não se repetirem em demasia os três membros do Executivo Municipal, deixou essas questões para os seus congéneres.

Quanto à questão levantada pelo Membro António Santos relativamente àquela estrutura metálica que se encontra colocada à entrada da cidade e que devia ser retirada, respondeu que aquela estrutura metálica foi colocada sem darem o mínimo de conhecimento à Câmara Municipal. Portanto, nem sequer deveria ter sido colocada e não estariam sequer agora aqui a falar de ser retirada. O que, com as indicações do Coordenador Municipal da Proteção Civil, e, claro, com a colaboração dos funcionários do município, chegaram à conclusão de que a lona constituía de facto um perigo e que poderia derrubar a estrutura e então foi retirada a lona. Se o partido que mandou colocar aquela estrutura não retira a estrutura, um dia qualquer vai colocar outra lona naquele local, e quanto a sentir-se indignado, afirmou que ela fica ainda muito mais indignada.

Relativamente ao comentário feito pelo Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela, quando se referiu ao Trail do Contrabando, que a União de Freguesias apoiou, e que foi juntamente organizado pela secção de atletismo do Clube Desportivo de Miranda do Douro, referiu que foi um evento maravilhoso que impactou muito com o território, não só com Paradela, e que Miranda ficou muito a ganhar e fica o concelho sempre a ganhar quando há acontecimentos deste nível de grandeza, evento que contou com mais de 400 atletas inscritos. Por outro lado, estamos a falar de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



uma prova de ciclismo com 20 ciclistas. Disse que não sabia até que ponto é que esta prova ciclística poderá ter impactado com o trail.

Expôs que esta prova de ciclismo foi organizada no âmbito de um projeto do Interreg, denominado Iberlobo, o qual decorreu no passado domingo, dizendo que, infelizmente, apenas participaram 20 ou 25 ciclistas, porque decorreu durante o fim de semana, e no sábado foi realizada outra prova numa aldeia próxima de Espanha, assegurando que a prova foi duríssima, e que muitos dos participantes que estiveram na prova em Espanha e que também estavam inscritos para fazerem a prova em Miranda acabaram por não participar, pelo que participaram 25 ciclistas amadores. Referiu que, no percurso, muitos deles até tiveram de levar a bicicleta a pé. Também deu nota de que a data deste evento Iberlobo foi imposta pelo calendário da programação, e que teve que ser executada naquela data porque este município faz parte do consórcio. Mencionou que, outra questão que também foi levantada pelo Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela, foi relativamente à suposta questão do alargamento dos limites do Parque Natural do Douro Internacional. Quanto a essa questão, afirmou que o Executivo Municipal também foi, efetivamente, apanhado de surpresa com a publicação do aviso no Diário da República, lembrando que começou naquele dia, precisamente, 24 de abril, a consulta pública. Portanto, o que está lá plasmado é, no fundo, aproveitar estes mecanismos analógicos de medição, tendo sido este avanço que houve nas medições e pretendem apenas aplicar estas novas formas de medir face à cartografia que já existe. Disse que vão estar atentos durante estes 30 dias da consulta pública, ressaltando o Executivo Municipal de Miranda do Douro enquanto parte integrante da Comissão de Cogestão do Parque, também ficaram tão surpresos como a população em geral, porque não foram minimamente informados acerca desta questão, nem sequer da intenção. No entanto, pensa que de certeza que não se prende com o alargamento do parque.

No que concerne às questões colocadas pelo Membro Emanuel Bernardo, relativamente ao balanço da Feira dos Stocks, disse que foi organizada pela ACIMD – Associação Comercial e Industrial de Miranda do Douro. Elucidou que a Câmara de Miranda do Douro disponibilizou o espaço, que é a tenda que já serviu para a Feira dos Sabores, para a Feira dos Stocks e para a Feira da Bola Doce. Referiu que o evento foi feito um bocado à pressa, porque estiveram até à data limite da abertura do concurso para proceder à adjudicação da tenda. Pretendiam incluir a Feira dos Stocks já no caderno de encargos da contratação e a ACIMD, devido a circunstâncias diversas, não deu uma resposta breve, e que o que se constatou com esta experiência, e que ficou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



à vista de todos, é que a Feira de Stocks correu bem, e acredita que o evento tem habilitação para crescer, acrescentando que tudo se tornará concretizável de uma forma mais profissional.

Quanto à Feira da Bola Doce, disse que não valia a pena continuar a mitigar este assunto.

Referiu, apenas, que a feira decorre num período muito bom, porque coincidiu com a Semana Santa em Espanha, que é muito festejada e as pessoas podem deslocar-se em visita aos eventos.

Além disso, são também as férias da escola. Comentou que o tempo esteve muito bom, e, portanto, conjugaram-se uma série de fatores que em fizeram com que a feira tivesse corrido muito bem. E verificou-se que na cidade houve muito turismo nesses dias, tanto que, quem transitasse pelas ruas, podia constatar as filas de pessoas à porta dos restaurantes a aguardar para entrar.

Comentou que, se a hotelaria não teve a lotação máxima, andou muito perto disso. Portanto, considera ser unânime que foi um evento muito positivo, e o número de entradas também reflete muito isso, cerca de 21 mil entradas. Mencionou que a feira cresceu, sendo que, antes, esta Feira da Bola Doce era um evento muito mais pequeno e que cresceu em consequência da COVID.

Lembrou que, em 2022, a Câmara já tinha tudo preparado para fazer a Feira dos Sabores, e que, à última da hora, a Direção Geral de Saúde alertou para um surto de COVID que, entretanto, surgiu, pelo que o evento teve que ser cancelado.

Referiu que no primeiro ano da Feira da Bola Doce houve gente como nunca se tinha visto nessa Páscoa em todo o território do interior, e, portanto, houve aquele marco significativo.

Disse que, nunca e jamais, se poderá fazer diminuir a grandeza da Feira da Bola Doce e que tudo o que o Executivo Municipal puder fazer para lhe dar incremento, quer à Feira dos Sabores, quer à Feira da Bola Doce, e se possível, agora também, neste intermédio, à Feira dos Stocks, a bem do desenvolvimento do território, a bem do turismo, do incremento económico, tudo fará.

Deixou uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua participação no encontro organizado pela Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), comentando que quem conhece o Pedro Velho sabe bem do que ele é capaz. Continuou parabenizando o Presidente da Assembleia publicamente pela forma como atuou no referido encontro e também pela colaboração que tem havido entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Essa colaboração também permitiu a ida duma funcionária do secretariado, La-Salete Cunha, que soube representar o Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais de forma muito digna, tendo-lhe sido dada essa nota pelo Presidente da Assembleia Municipal. Agradeceu por esta forma



de colaboração, afirmando que é aquilo que se pretende manter ao longo deste mandato, ainda melhorando o que já fora realizado no mandato anterior.

Deixou, de uma forma genérica, uma palavra de solidariedade ao Senhor Presidente da Junta de São Martinho, por se ter manifestado aqui publicamente em desfavor dos matadouros móveis.

Referiu que o Executivo Municipal já transmitiu uma posição similar, quer ao Senhor Ministro da Agricultura, quer ao Secretário de Estado da mesma tutela, que estiveram no Concelho. Afirmou que é algo que na sua ideia é totalmente inconcebível, nomeadamente devido à exigência que é feita aos matadouros convencionais.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** apresentou os seus cumprimentos a quantos participavam nesta reunião, e, quanto à intervenção efetuada pelo Presidente da União de Juntas de Freguesia de Sendim e Atenor, manifestou o seu contentamento pelo cumprimento do protocolo e desejou que possam solicitar um novo protocolo já para 2026.

Também manifestou o seu contentamento pela reformulação da casa que a junta de freguesia adquiriu e referiu que foi algo que lhes deu muito trabalho, tanto à Câmara como à Junta de Freguesia. Manifestou, também, contentamento pela execução do depósito em Atenor.

Comentou que o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor se esqueceu de perguntar acerca da casa do Sr. Cachachim, nome pelo qual sempre foi conhecida, um problema que persistia há 40 anos, e que finalmente foi resolvido. Chegou-se a um acordo, aguardando apenas que façam as transferências para os herdeiros e para o construtor, porque a casa não vai ser derrubada sem estar tudo em ordem, e depois sim será derrubada.

Quanto ao matadouro, a empresa ou o empreiteiro que está a executar o matadouro garantiu ao Executivo Municipal que o prazo de execução da empreitada vai ser cumprido. O valor da execução é o que está estipulado, e tem ideia de que se calhar nem vai ser tanto. Acrescentou que a obra tem sido feita com todos os pormenores, e que agora terá que ser feito o Centro de Inspeções e, quanto a esse assunto, o Vereador Vítor Bernardo irá responder, já que um assunto que está sob a sua alçada.

No que respeita à questão colocada pelo Membro Bruno Torrado acerca do Parque Infantil, respondeu que foi feito o levantamento, e que o respetivo projeto também já foi elaborado. Vai ser apresentado à Associação de Pais o projeto que foi pensado para o espaço onde se pretende instalar o parque infantil na Escola EB1. Considerou que o espaço escolhido é o que tem melhores



condições para fazer o parque infantil. Disse que, depois do *feedback* dos pais, esperam conseguir executá-lo nas próximas férias de verão.

Relativamente à fixação de jovens neste concelho, respondeu que o Executivo Municipal é muito criticado por abrir muitos lugares no quadro da câmara para selecionar trabalhadores. Quanto a isso disse que o propósito da abertura de lugares é fixar jovens aqui para que se estabeleçam cá e fiquem cá. E que, possivelmente, desses jovens que concorreram e foram contratados já ficaram cerca de 20 famílias, só na Câmara. Referiu que estão preocupados em reunir com o IPB – Instituto Politécnico de Bragança e com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para colocar cursos, concretamente licenciatura em hotelaria, a funcionar aqui em Miranda do Douro. Mencionou que também está a tentar trazer um curso profissional e que estão a negociar com a uma Escola Profissional de Aveiro, mas consideram que o curso profissional também vai tirar alunos à Escola de Miranda do Douro, sendo essa uma questão que têm que ter em atenção, e que tem que ser tudo feito com ponderação, para que corra bem. Afirmou que estão a trabalhar para fixar jovens, e que se preocupam com os jovens. Além disso, estão a negociar com os proprietários de terrenos junto à Zona Industrial de Miranda do Douro para fazer a sua ampliação, sendo também uma forma de potencializar a instalação de jovens empreendedores.

Quanto ao Plano de Saúde, disse que seria respondido pelo Vereador Vítor Bernardo, que está a par desse assunto.

No que se refere à questão colocada pelo Membro Emanuel Bernardo, acerca do pavilhão multiusos, respondeu que estão hoje a fazer a limpeza do terreno onde vai ser instalado o novo pavilhão multiusos, dizendo que vai ser feito o levantamento e o respetivo projeto ainda este ano, em 2026.

Quanto ao comentário feito pelo Membro António Carção relativamente ao Ministro da Agricultura, respondeu que não foi só o Senhor Ministro da Agricultura que esteve cá, no dia 11, mas também o Senhor Secretário de Estado das Florestas esteve cá no dia 10. Referiu que não estiveram aqui presentes por acaso, mas sim a convite do Executivo Municipal em conjunto com a ACOMT, entidade a que muito têm a agradecer. Mencionou que existe uma boa colaboração com as associações das raças autóctones, em prol das quais muito têm trabalhado, e que tem sido feito um trabalho em conjunto.

Acrescentou que também esteve no Concelho o Vice-Presidente da CCDR Norte, na área da agricultura e dos agricultores, e que perceberam que são pessoas acessíveis, que se pode falar



com elas, tanto que um assunto que surgiu lá no dia 11 foi resolvido na semana seguinte. Foi colocado um problema por um agricultor ao Senhor Ministro tendo o problema sido resolvido. Apresentou o seu agradecimento público ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado, assim como ao Vice-Presidente da CCDR, porque são pessoas muito acessíveis, e que sempre que são chamamos a este território estão sempre disponíveis.

No que respeita aos matadouros móveis, aproveitou dizer que o matadouro móvel nunca se iria aplicar a este território, dizendo que o matadouro móvel será mais direccionado para grandes explorações, e neste território, infelizmente, existe apenas uma grande exploração, todas as outras são mais pequenas. Referiu, ainda, que o exemplo do matadouro móvel é oriundo dos Países Baixos. É o único país onde está a funcionar.

Referindo-se aos Carreirões do Contrabando, respondeu que o projeto está feito, e que ainda não abriu a candidatura no 2030, mas que, assim que abra a candidatura será submetida de imediato.

O **Vereador Vítor Bernardo** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguindo, abordando a questão do Centro de Inspeções Técnicas de Veículos, referindo que o concurso é um contrato interadministrativo que o IMT lança para entidades privadas gerirem.

Expôs que o concurso foi lançado a 18 de agosto de 2024 e que concorreram cinco empresas. Tendo a lista final sido publicitada no site a 13 de fevereiro deste ano. E, das cinco candidaturas que concorreram, foram rejeitadas quatro e foi aceite uma. Em 18 de fevereiro de 2026, foi intentada uma providência cautelar por uma entidade privada, nomeadamente, por uma empresa que concorreu e que se viu excluída, no sentido de dizer ao tribunal que era ela que tinha as condições para instalar o centro de inspeções técnicas em Miranda do Douro e não a outra. Portanto, aqui não se verifica um problema, mas sim uma vantagem. E, neste momento, existem duas empresas a querer fazer um centro de inspeções em Miranda do Douro. E, como isto é um Estado de Direito democrático e as pessoas e as entidades coletivas e singulares que se sintam lesadas nos seus direitos têm direito de recorrer aos tribunais, foi isso que uma das empresas fez. O processo de procedimento cautelar foi aceite, e, como os juristas sabem, quando um procedimento cautelar é aceite, o procedimento administrativo que está a decorrer é suspenso enquanto não estiver decidido. Dia 15 deste mês foi intentada a ação administrativa e presume que este ano terá decidido quem faz o centro de inspeções em Miranda do Douro.



Relativamente ao Decreto-Lei que foi aprovado no Conselho de Ministros ontem, disse que não tinha o rascunho, mas que da parte de tarde já o teria e que, caso o membro da Assembleia Municipal Bruno Torrado o quisesse ver, segunda-feira que lhe mostraria o rascunho do Decreto-Lei que foi aprovado. Elucidou que o Decreto-Lei foi aprovado para alterar a lei que regula os centros de inspeções. Aludiu que a lei não permitia que os municípios que não tivessem centros de inspeções se propusessem à criação de um centro, sendo que neste Decreto-Lei, eventualmente, vem dar para as zonas de fraca densidade populacional e para as zonas do interior a possibilidade de, formalmente, ativarem o processo de abertura do concurso. Acresce que o que foi feito por esta Câmara em 2024 não foi formalmente, mas foi por pressão, porque houve um concurso aberto em 2013, houve uma empresa que venceu o concurso e durante 10 anos não fez nada. E durante esse tempo o município também não fez nada. E ninguém fez nada, por isso ficamos sem centro de inspeções durante 10 anos. Portanto, quanto ao centro de inspeções, há duas empresas a querer fazer o centro de Inspeções Técnicas de Veículos na Zona Industrial de Miranda do Douro. São as duas na zona industrial de Miranda do Douro porque a Câmara delimitou um polígono em que disse que ali permitiria sempre a construção ou a implementação de um centro de inspeções. Fora do polígono permitiria, ou não, consoante o orçamento desse a possibilidade das infraestruturas municipais serem ou não reforçadas com a instalação desse equipamento.

A respeito do Plano de Saúde, respondeu que a Câmara contratou uma equipa de jurados, uma sociedade de advogados exterior à Câmara, para fazer um novo programa de procedimento e um novo caderno de encargos. Disse que já tinha sido feito e que se encontram na Divisão Administrativa e Financeira, e que está neste momento a lançar uma consulta preliminar ao mercado através da plataforma ACINGOV para quilatar o preço. Como isto não tem a ver com um plano de saúde, não tem a ver com um plano de seguro, os seguros não vão entrar. Tem a ver com um plano de saúde cujo preço vai ser diferente, possivelmente, vai ser à peça, ou a lotes de peças de exames e isso, tecnicamente, é mais difícil.

Quanto ao placard colocado à entrada da cidade pelo Partido Chega, lembrou que não é apenas um, são dois. Um deles está colocado no Largo da Moagem, e o outro está junto à rotunda que vai para a Zona Industrial. Explicou que o que diz a lei eleitoral é que não há prazo para retirada da campanha eleitoral, porque a lei é omissa nesse aspeto. Além disso, compete à Câmara Municipal retirar esses engenhos. Mas não há prazos. Disse que a Câmara Municipal notificou o ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



Partido Chega, no entanto o representante do Partido Chega, não retirou. A Câmara Municipal de Miranda do Douro já retirou duas vezes as lonas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Executivo Municipal, na pessoa da sua Presidente, todos os esclarecimentos, e, em seguida, abriu inscrições para a segunda volta, inscrevendo-se o membro António Carção.

O **Membro António Carção** disse que pretende apenas fazer uma pequena argumentação em relativamente ao que o Membro António Santos referiu em relação ao turismo.

Primeiro, lembrou que estamos em vésperas do 25 de abril, considera-se um democrata, dizendo que ser democrata é respeitar a opinião dos outros, afirmando que ele respeita a opinião do membro António Santos. No entanto, discorda totalmente com as declarações feitas pelo membro António Santos, porque, Miranda do Douro tem quatrocentas camas licenciadas, é uma referência no norte do país, e que nos municípios de igual valia não há comparação.

Disse que não é por acaso que estão a aumentar neste concelho os empreendimentos turísticos. Afirmando que ninguém investe porque as coisas estão a correr mal, e lembrou ao membro António Santos que não acredita de todo que o Sr. Presidente da Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal veio a Miranda dizer o que disse só para fazer o frete à Sr.^a Presidente da Câmara.

O **Membro António Santos** disse que também respeita a opinião do membro António Carção, mas que tinha dito que isto não é uma questão de opinião, é uma questão de números. Afirmou que nem ele, nem nenhum elemento do Partido Socialista, disseram que Miranda do Douro não tem potencialidades turísticas. Declarou que Miranda do Douro é um orgulho para os socialistas. Com todas as potencialidades turísticas e todas as unidades turísticas que há, Miranda do Douro é ímpar no país. Assegurou que a questão são apenas os números, nada mais. Disse que se verificou 14 % de decréscimo de visitantes, e 1,3 dias de tempo médio de estadia. Afirmou que a média de permanência é baixíssima, e que esse dado está escrito no PORBASE, não está a inventar. Acrescentou que esses dados devem fazer refletir acerca do que é que se pode fazer para alterar isso.

A **Presidente da Câmara Municipal**, quanto ao plano para a fixação de jovens no concelho, transmitiu que existe um problema neste concelho que se prende com a falta de habitações. E que o Executivo tem essa consciência, e que, neste momento, têm em perspetiva a recuperação de umas casas no antigo Bairro Verde, e vão reunir com o Sr. Secretário de Estado da Administração



Interna, que vai vir a Miranda do Douro, para ajudá-los a resolver a questão das casas do Bairro Social das casas da GNR, que pertencem aos Serviços Sociais da Corporação. Referiu que é mais uma tentativa da parte do executivo municipal de colocar no mercado mais habitação, embora não seja de imediato, e direccionar esse programa para jovens que se queiram fixar neste concelho. Darão nota da forma como esta questão vai ser tratada depois da referida reunião, e estão com alguma esperança que, de uma vez por todas, se possa resolver esse caso das casas que estão praticamente em estado de abandono, e que a cidade e o concelho estão carecidos desta oferta de habitação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia fazer algum comentário quanto a esta última intervenção da Presidente da Câmara e, não se verificando nenhuma inscrição, deu por encerrado este ponto, passando ao ponto 2 da ordem do dia.

2. Período da ordem do dia:

2.1 Prestação de Contas Relativas ao Ano de 2025, Proposta de Aplicação de Resultados – Relatório Anual de Auditoria em 31 de dezembro de 2025 – Certificação Legal de Contas e Parecer do Revisor Oficial de Contas – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervenção por parte dos membros que assim entendessem intervir, tendo-se inscrito os membros a seguir indicados: Lísis Gonçalves, Emanuel Bernardo, António Carção, Alfredo Eduardo Alves, António Santos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, começou por dizer que aquilo que está a ser analisado não é apenas um relatório de contas, é o resultado de um percurso ao longo do ano de 2025, afirmando que este percurso deve ser analisado com serenidade e serenidade. Referiu que em abril de 2025, já eram evidentes desvios significativos na execução com dinheiro que não estava a ser executado. Disse que não estamos perante uma situação nova, porque em setembro o membro Emanuel Bernardo questionou o executivo a respeito de porque é que a execução orçamental estava a rondar cerca de 33 % e que, mantendo este ritmo, o ano terminaria com uma execução muito baixa. Portanto, isto não é novidade, todos sabiam o que estava a acontecer, foi identificado a tempo. Lembrou que o Senhor Vice-Presidente em boa altura também percebeu e dizia que não era por falta de trabalho, mas que era por falta de quem fizesse o trabalho. Mas, sendo já conhecedores destas situações, sabiam que se estava no limiar do emprego ou da taxa de emprego a 100% em Portugal. Referiu que falta mão de obra, falta mão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



de obra aos municípios, falta mão de obra às empresas. Então, observou, para quê fazer mega orçamentos extremamente ambiciosos, se não são exequíveis? Verifica-se que no exercício de 2025 ficou muito aquém, porque o resultado final mostra uma execução do investimento pouco acima dos 50%. Questionou se isto obriga a dizer com clareza que estão perante um desvio pontual, ou é uma situação padrão? Afirmou que, quando um problema é identificado e não é resolvido, deixa de ser uma questão técnica e passa a ser uma questão de responsabilidade.

Comentou que era ano de eleições, o executivo voltou a vencer, e, mesmo assim, a taxa de execução ficou muito abaixo. A título exemplificativo, referiu que São Martinho foi brindado apenas e só com uma intervenção, em quatro anos, em termos de pavimentação. Porque o dinheiro não chegou à população, porque as obras não chegaram à população.

Nós falamos durante quatro anos que precisávamos de rever a situação da rede de abastecimento público de águas, e que é do conhecimento de todos que grande parte delas são tubos de amianto. Referiu que se nos telhados fazem mal, com certeza que beber água que passa nesses tubos fará pior. Questionou o que é que se fez até agora, referindo-se aos últimos quatro anos.

Comentou que o Senhor Vice-Presidente falava muitas vezes que é preciso um investimento de um milhão de euros em São Martinho para mudar as condutas da água, e no ano seguinte já eram necessários fazer um investimento de dois milhões de euros.

Dirigindo-se aos membros do Executivo Municipal, afirmou que o dinheiro que não executaram em investimento dava para reparar as necessidades de São Martinho a 100%, e ainda podiam fazer mais uma ou duas freguesias. Apelou para que tenham coragem de executar, e que tenham coragem de mudar o problema da água e tenham coragem para resolver o problema dos pavimentos nas freguesias. Não é apenas e só fazer orçamentos não exequíveis e depois dizer que não têm quem os faça, quem faça as obras. Acha que o problema não está aí.

O **Membro Emanuel Bernardo**, pegando nas palavras de quem o antecedeu, antes de proceder àquilo que ia dizer na totalidade, referiu que um aviso que tem sido feito sobre grandes orçamentos, é que, sempre chegados ao fim de dezembro, é sempre partilhada uma boa notícia que é o orçamento de vinte e muitos milhões de euros, e sempre vai aumentando. Mas, o que realmente importa aos cidadãos, é o que efetivamente é feito.

Mencionou que a prestação de contas relativa ao ano de 2025, a proposta de resultados que aqui discutiram, o relatório de auditoria, a certificação legal das contas e o parecer do revisor oficial de contas, vários documentos embrulhados no mesmo ponto da ordem de trabalhos. Referiu que, de



forma simples, resumem-se em alguns pontos, porque para muitos dos membros desta assembleia é perceptível, para outros nem tanto. Parece-lhe que é importante que sejam claros porque, em trezentas páginas, às vezes muita gente nem as lê de forma completa.

Referiu, em primeiro lugar, que as contas estão legais, e que é isso que uma auditoria verifica. Mas que não verifica se as contas são positivas ou negativas, mas se retratam a realidade daquilo que se passa e que se passou, neste caso, no ano 2025. Sendo que, desse ponto de vista, estão claramente dentro da lei e por isso saudou o Executivo e a sua Divisão Administrativa e Financeira. Em segundo lugar, disse que o relatório de auditoria refere que o município não procede à verificação física dos seus bens de ativos fixos tangíveis. E, representando estes mais de 97% dos ativos, isto é, no balanço do município, sugere o relatório ainda que essa verificação iria aumentar o controlo interno do município sobre estes bens. Mencionou ainda que o resultado operacional do ano fiscal 2025 diminui em cerca de 50%, sendo que o resultado líquido do período continua a ser negativo, no total de dois milhões trezentos e quarenta e nove mil cento e oitenta e seis euros. Aludiu que a taxa de execução da despesa corrente, obrigações do quotidiano, foi de 89 %, e que a taxa de execução do investimento, isto é, despesas de capital, foi de apenas 52 %. Refere, ainda, que a taxa de execução da receita corrente foi de 90 % e da receita de capital de 85 %, isto se for incluído o saldo da gerência anterior. E, ainda refere que as despesas de capital, fazendo as contas, representaram no ano de 2025 apenas 19 % do total das despesas. Referiu que, sendo a apreciação por parte desta Assembleia um ato político e não técnico, deve estar sujeita a escrutínio de uma análise política e não técnica, pois essa já foi feita. Acrescentou que a análise técnica de uma auditoria nada mais diz acerca da legalidade das contas e de se estas verificam ou não os pressupostos da lei, mas, o que uma auditoria não diz, é se a fotografia que é tirada a 31 de dezembro de um certo ano, neste caso 2025, permite ou não desenvolver neste caso a vida dos concidadãos e o concelho. Perante isso, colocou umas questões ao executivo, nos seguintes termos: por que razão o município não procede à verificação física dos seus bens de ativos fixos tangíveis? Como explica a taxa de execução que é relativamente normal em despesas correntes, não o seja, nem perto disso, no que diz respeito às despesas de capital, vulgarmente designado por investimento estrutural? Como se explica que num concelho com necessidades de investimento tal como indicadas, de emprego, carência de investimento e investimento em infraestruturas, apenas 19 % das suas despesas sejam destinadas a investimento estrutural? E, por fim, questionou por que razão o executivo continua a trazer orçamentos municipais



megalómanos que não são uma tradução da realidade efetiva do ano em que posteriormente irão vigorar. Deixou também umas considerações: lamenta que este número de taxa de execução num ano de eleições, ainda mais, questionando que, se nem em ano de eleições o investimento estrutural é feito, quando é que será este número aumentado? E lamenta que o executivo não opte pelo caminho de apresentar um orçamento mais realista no mês de dezembro, sendo que sabe que pode contar com uma oposição responsável para alterações ao orçamento quando forem efetivamente necessárias, tal como hoje irá aqui acontecer. Posto isto, deseja que no próximo ano a taxa de execução deste investimento aumente, nem que seja à boleia, nesta semana, das novas propostas dúbias para a contratação pública deste governo com algum menor escrutínio, que se verá se não serão um bar aberto às negociatas. Mas que essa é uma questão nacional. Por esta razão e sem uma resposta clara e concreta a estas questões, ser-lhe-á do seu ponto de vista impossível aprovar e votar favoravelmente um documento que não dignifica o investimento que esta terra merece e que os seus cidadãos e os seus empresários também merecem.

O **Membro António Carção** começou por lembrar ao membro Lísis Gonçalves que esta execução financeira e equilíbrio orçamental é da câmara municipal e não da junta de freguesia de São Martinho. Declarou que, depois de ouvir as palavras do membro Emanuel Bernardo, discorda totalmente dele. Mencionou que o exercício encerrou o ano de 2025 com a taxa de execução de 78 %, e de receita de 85 %, dando indicação que verificassem na página n.º 6 do relatório.

Afirmou que melhorou em relação ao ano passado, deixando uma palavra de incentivo ao executivo municipal para melhorar no próximo ano. Disse que dispõe à data do encerramento das contas uma margem líquida de endividamento de dois milhões e setecentos mil euros, conforme consta na página n.º 24 do relatório. E tem uma margem bruta de dezassete milhões de euros, também de endividamento, e consta da página n.º 20.

Referiu que o valor da dívida da câmara municipal, segundo este relatório, é de um milhão e quatrocentos mil euros, o pagamento das faturas é dia a dia, consta na página n.º 50.

Em conclusão, disse que em termos financeiros este município cumpre a lei das finanças locais, e mantém a sustentabilidade das contas públicas.

Quanto ao investimento e às funções sociais disse que, segundo consta no relatório, as funções sociais representam a sua maior fatia, 66 %. Abrangendo áreas como a educação, a saúde, a ação social, o ordenamento do território, e com a prestação de serviços essenciais, tal como consta na página n.º 21.



Aludiu que o investimento estruturante, em 2025, toda a gente sabe que é o matadouro municipal, cerca de quatro milhões e meio, e que consta na página n.º 26.

Comentou que manteve o apoio a diversas entidades, foram feitas transferências na ordem dos dois milhões e meio de euros, destacando o que foi injetado para as Corporações de Bombeiros Voluntários, Proteção Civil, Equipas de Intervenção Permanente, Transporte dos Doentes Oncológicos, aquisição de equipamentos e transferência de verbas para as juntas de freguesia. Para finalizar, e reconhecendo os méritos ao ROC, referiu que, no seu relatório, não identificou incorreções materiais, emitindo parecer favorável, e por isso, apelou a que esta assembleia votasse este assunto favoravelmente. Indicou que o ROC mencionou apenas uma evidência, que é o risco da sustentabilidade das contas no contexto externo, podem ser degradadas, mas, caso a sua sustentabilidade fosse posta em causa, num contexto externo de guerras, e em especial o conflito do Irão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que, antes de passar a palavra ao executivo municipal, daria o uso da palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, por ter direito a defesa da honra.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho** referiu que a execução global ronda os 81%, mas o investimento, que é o que interessa ao território, ficou em 51,65 %, e, por isso, falhou a execução. No que toca ao encontro de contas, disse que o próprio relatório refere que foi necessário recorrer ao saldo de gerência para equilibrar as contas, tal como consta no documento da RACRA, e isso equilibra números, mas não executa investimento. Referiu que a dívida é baixa, ronda um milhão e quarenta e quatro mil euros, mas que a questão não é a dívida, é a execução. Mencionou que os pagamentos estão em dia, mas que o que está em discussão é a execução de investimento, que ficou pouco acima dos 50 %. Aludiu que os indicadores financeiros podem estar corretos, mas que o próprio relatório menciona que a execução ficou aquém do previsto, segundo o ROC. Comentou que é isso que está a ser avaliado, e que, até podem ter contas certas, mas o investimento ficou por fazer.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, em seguida, passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões colocadas.

A **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que o que fica patente nestas intervenções, é que, de facto são duas visões completamente distintas sobre a mesma matéria. Mas, que fique claro, que todos estes documentos, e foi engraçado ter sido utilizada uma ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



expressão pelo Membro Emanuel Bernardo, “*documentos embrulhados*”, lembrando que os documentos sempre foram apresentados desta maneira, e se calhar, não lhe ficava bem, sendo uma pessoa com percurso académico em economia, utilizar este tipo de expressão. Acrescentou a este respeito que nunca os documentos foram apresentados de outra forma que senão desta, que considera digna e bem clara. Comentou que, antes de virem à assembleia, estes documentos são remetidos a reunião de câmara, tendo os mesmos sido apresentados desta forma e sido aprovados por unanimidade. Ainda quanto à intervenção do Membro Emanuel Bernardo, mencionou que aquele terá utilizado o termo “*negociatas*”, deixando o registo de que desconhece o que ele pretende com isso dizer, afirmando que não espere que este executivo municipal se associe a esse tipo de comportamento, afirmando que com o atual executivo municipal isso não sucederá. Reforçou dizendo que este é um executivo municipal que está a executar o orçamento dentro da legalidade, sem negociatas e com muita seriedade. Além de que o que aqui foi apresentado tem o aval do ROC, e que isso confere muita conformidade.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** aludiu que, numa discussão de relatório e contas, em que um Presidente de Junta que não pede a celebração de protocolos para ser apoiada vem dizer que não se gasta dinheiro, considera que é mesmo preciso ter muita coragem. Insistiu que um Presidente de Junta que assinou um protocolo com a Câmara em 2025, nomeadamente a Junta de Freguesia de São Martinho, que não recebeu o apoio financeiro a que tinha direito pela celebração do protocolo, ou, por outro lado, recebeu-o apenas em fevereiro do ano em curso, mas não entrou no orçamento de 2025, reafirmou que é preciso ter coragem para vir aqui falar de alguma coisa a este respeito.

Mencionou que, em relação à execução deste relatório e contas, que se o investimento do matadouro, que já foi pago agora até abril, se a empresa Verdasca não tem tido o problema que teve e se tivesse entregue o material, a execução passava de 51 % para 85 %.

Informou que o executivo pretendia chegar aos 85 % de execução do orçamento, porque a intenção é que quando é feito um orçamento é para cumprir, no entanto, surgem várias dificuldades, tais como as empresas não concorrerem, quando se trata de candidaturas, o tempo das prorrogações de prazo demoram. Afirmou que o orçamento é feito com seriedade, e que, se conseguissem, especialmente em ano de eleições, ter obras feitas, seria ótimo. Deu nota de que no ano em que foram realizadas eleições tinham obras adjudicadas que acabaram por não ser executadas, afirmando que a parte da execução é também uma preocupação do executivo.



Quanto à intervenção do Membro Emanuel Bernardo, referiu que o mesmo utilizou as expressões “bar aberto” e “negociatas”. Quanto às mesmas respondeu que o membro da assembleia lá saberá do que fala, e que, se calhar, o membro Emanuel Bernardo é que conhece esses bares abertos. Aludiu que o executivo, felizmente, não conhece bares abertos para negociatas, expondo que o Município de Miranda do Douro não faz assim tantos concursos e que não tem problema nenhum em ir ao Tribunal de Contas.

Relativamente ao concurso aberto para execução da zona industrial, disse que veio parecer favorável e que depois as Infraestruturas de Portugal deram parecer desfavorável no que se refere à passagem das águas pluviais. Quanto a dizer que os documentos do relatório e contas foram enviados embrulhados, disse que seria muito mais simples que o Chefe de Divisão fizesse um resumo desses documentos, por forma a que toda a gente percebesse do que se trata.

Relativamente ao relatório e contas, comentou que é isto que a lei diz, e que é para ser feito assim. Apelou a todos, inclusivamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, que repensem o respetivo sentido de voto, porque é muito mau e muito ingrato que um Presidente de Junta que é quem está mais próximo dos problemas da população, que podia ter gasto o dinheiro mais facilmente do que o executivo, deixe o protocolo e venha agora dizer que não se cumprem as metas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir na segunda volta, tendo-se inscrito os membros que se seguem: Lísis Gonçalves, Emanuel Bernardo, António Carção, Alfredo Eduardo Alves,

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, dirigindo a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, disse que a sua função não é falar do orçamento da Junta de Freguesia, mas, a título de parêntesis, disse que a Junta de Freguesia de São Martinho teve uma execução orçamental de 99.78 %.

Relativamente ao seu voto, disse que, neste momento, não é para falar de protocolos, e que, se o executivo quer ajuda para executar o respetivo orçamento a 100 %, que estão aqui treze juntas de freguesia disponíveis para os ajudar.

O **Membro Emanuel Bernardo** quis deixar algumas notas. Começando por dizer quanto ao ponto dos documentos embrulhados, que lhe parece que o Vice-Presidente percebeu o que quis dizer com essa expressão. Expondo que, com isso, quis dizer que os documentos respeitantes ao



relatório e contas são muitos, e que não é fácil para quem não tem conhecimentos nessa área, ao contrário dele, que tem a sorte de em termos académicos ter formação nessa área.

Quanto ao termo que utilizou, “negociatas”, explicou que não tem nada a ver com a câmara municipal, mas sim, única e exclusivamente, com a alteração que vai ser feita pelo Governo à contratação pública. Porque considera que essa lei está mal elaborada e que pode até ajudar a aumentar a execução dos orçamentos, sobretudo, quando se trata de pessoas de má índole. No caso do executivo municipal deste município, reconhece-lhe a capacidade de querer o bem deste concelho, mas noutros casos outras coisas podem acontecer. Sendo que, quando fez aquele comentário, se referia à política nacional e não local.

Deixou nota de que o relatório espelha muito bem a questão das contas, tal como o Membro António Carção afirma, mas que, quando aqui chega, a análise efetuada ao documento é política. Exemplificando, disse que uma empresa que tenha as piores contas de sempre, mas desde que não tenha desvios do que é verdade, é uma auditoria boa, porque a auditoria diz se o que ali foi feito, está ou não bem feito. Aludiu que pode dar algumas sugestões, mas que aborda, do ponto de vista técnico, a materialidade. Ou seja, nessa parte cabe-lhes enquanto membros da assembleia municipal fazer uma análise política.

Discorda quando a Presidente da Câmara Municipal afirma que são duas visões completamente opostas acerca do mesmo assunto, ele acha que não são, referindo que muitas vezes são apenas um alerta, acrescentando que este relatório também tem muitas coisas boas, e que nunca ninguém disse que as contas estavam bem ou mal, sob o ponto de vista da saúde financeira. A única coisa onde principalmente se focou é naquilo que se chama execução do investimento. Isto não os dista dos 0 aos 100, mas considera que é importante que se diga. E tal como ele disse, que o PS está aqui para que sempre que sejam propostas alterações, desde que sejam benéficas, estão aqui para apoiar, porque a oposição faz-se com responsabilidade, apelando para que não interpretem mal aquilo que é ser responsável, mas que também não é dizer que está tudo bem. Reforçando que é apenas um alerta que está a ser dado ao executivo e acha que o executivo também deve acompanhá-lo.

O **Membro António Carção** começou por se direccionar ao Senhor Presidente da Junta de São Martinho para dizer que lhe parece que aquele tem dois pesos e duas medidas, dizendo que é altamente exigente com os outros e altamente tolerante consigo próprio. Referiu que é a condição humana, e que se calhar pessoalmente também seria igual.



Comentou que dizem que a Câmara tem que executar o orçamento a 100 %, o que lhe parece extremamente difícil, senão impossível, dizendo que isto seria o país das maravilhas. Em segundo, disse que um Presidente da Junta que o ano passado foi o único Presidente da Junta que não fez protocolo com a Câmara, se calhar por incompetência, e que, como a Câmara está sempre de braços abertos para todos e não discrimina ninguém, lhe deu a possibilidade de celebrar o protocolo para o ano seguinte. Afirmou que isto é que tem que ser dito, olhos nos olhos e sem medo da verdade. Afirmou que, se ele fosse executivo, provavelmente não o deixaria fazer, à posteriori, porque essa é a sua maneira de ser, mas que é exigente consigo mesmo e tolerante com os outros.

Em terceiro, referiu que gostou muito de ouvir as palavras do Membro Emanuel Bernardo, dizendo que tem noção de que este é um documento técnico e não tanto político, tal como o referido membro tenta dizer, como por exemplo é o orçamento da Câmara Municipal.

Mencionou que o relatório de contas foi avaliado por uma entidade externa, e que é isso que lhes dá a voz mais grossa para pedir a aprovação do mesmo, mas que, se o quiserem avaliar politicamente, cabe ao Partido Socialista fazê-lo. Fazer oposição com responsabilidade, concorda afirmando que deve ser feita e tem que ser valorizada também como tal, repetindo que este documento tem o parecer de uma entidade externa.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, disse que presumia que quisesse exercer o direito de resposta, dando indicação de que não entrassem em demasiada discussão direta, lembrando que o que estava em análise são as contas do município, não as contas da Junta de Freguesia de São Martinho.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, dirigindo a palavra ao membro António Carção, disse, *“Incompetência guarde para si”*. *“País das Maravilhas guarde para o seu imaginário”*. Afirmou que não tem dois pesos nem duas medidas.

Referiu que tinha submetido um pedido de protocolo em outubro de 2025.

Quanto à incompetência que lhe foi atribuída, respondeu *“só se for a sua”* ao membro António Carção. Disse que está aqui para representar São Martinho com factos, não com acusações.

O **Membro António Carção** disse, para concluir, que as palavras ficam com quem as proferiu.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** cumprimentou todos os que se encontravam na sala onde a reunião decorria e, prossequindo com a sua intervenção, disse que se estava a entrar de facto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



numa discussão daquilo que é o orçamento e segundo entende não há nada do ponto de vista técnico daquilo que é a execução do relatório de contas. Manifestou que se sentiu magoado por estar a ouvir a Senhora Presidente a dizer que o Membro Emanuel Bernardo tinha falado em corrupção. Expôs que ninguém falou em corrupção, ou qualquer coisa dúbia, dizendo que o referido membro esclareceu a dúvida.

Aludiu que relatório de contas está perfeito, e o que está aqui em discussão é execução desse relatório, é aquilo que do ponto de vista, porque sei que o nosso executivo também já aprovou, e por isso tem que dizer que o PS aprovou as contas. Referiu que a posição do Partido Socialista é sim, e, portanto, não vai estar no contra, sendo que nós estamos aqui, e o que o Membro Emanuel Bernardo tentou defender é que os membros do Partido Socialista queriam uma execução maior, melhor daquilo que é o orçamento. Quanto a tudo o resto, estar a discutir posições, não vale a pena, o relatório apresentado pelo ROC é claro naquilo que é a apresentação das contas.

O **Membro António Santos** face ao seguimento daquilo que foi dito interveio para dizer que o Membro António Carção referiu uma série de páginas, dizendo que também leu praticamente todo o relatório, mas que aquele falou logo da página seis, só que só disse os números que lhe interessavam. Não referiu também os 51,65% das despesas da execução da despesa, afirmando que se tivesse dito os valores todos até concordava com o Membro António Carção, mas só disse os que lhe interessavam. E só falaram por causa do número da execução das receitas de capital ser 51 %, mais nada. Gostou do que disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara, pareceu-lhe muito bem que se tivesse feito aquela questão acerca do matadouro, dizendo que a execução passava para os 80 %. Considera que isso é que é o justificar. É aquilo que não se percebe e que às vezes por uma questão circunstancial, por mais uns dias ou por mais uma semana ou outra, alterava completamente os valores. Acha que a oposição política que está a ser feita, está a fazê-la neste momento, e opina que o Membro Emanuel Bernardo a fez muito bem, que foi quem falou sobre isso, que é a questão da preocupação com a execução das despesas de capital. Referiu que se há tantas necessidades de intervenção em termos de infraestruturas, em termos estruturais, que é uma pena que não se chegue aqui e que há de haver uma explicação.

Considera que na questão da discussão relativamente às contas, há uma questão política que é aquilo que já foi feito que é a opinião relativamente ao voto. Neste caso, concorda que há um relatório oficial, e não deteta qualquer irregularidade. Portanto, acha que a questão da aprovação ou não tem a ver com isso, se suspeitassem de qualquer questão de irregularidade votaria contra.



Sob a sua perspetiva é a questão da votação que tem mais a ver com o orçamento e aí sim é que ou votam contra ou se abstêm, porque achamos que nós devíamos, teríamos outras opções e utilizaríamos o dinheiro de outra forma, ou acham o orçamento exagerado, tal como acharam logo na altura e por isso se abstiveram e achavam que era exagerado e que não iam conseguir executá-lo. Comentou que neste momento a questão das contas, salvaguardando toda esta questão política que já foi antes referida, pessoalmente, na sua humilde opinião pessoal, considera que é de aprovar o relatório porque têm um ROC a garantir isso, sendo que até houve alguns aspetos de melhoria. Mencionou que não faz referência, por exemplo, à questão das contas das obras feitas pelo município. O ROC não faz referência a isso, e supõe que já foi integrado ou está em vias de ser integrado, facto é que o ROC não faz referência a isso e se não o fez é porque achou que não era relevante. Portanto, acha que neste momento na questão das contas devem separar bem a questão da política, das achegas que aqui foram dadas, e da votação do relatório de contas que pelos vistos considera que está bem e está certificado e é isso que lhe interessa também.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que o parecer do ROC é apenas para saber que aquilo que está a ser discutido hoje foi bem reportado, simplesmente isso. Cabe a esta assembleia fazer a análise.

Entretanto, passou a palavra à Presidente da Câmara ou a quem esta entender que deve intervir de entre os membros do Executivo Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que a Freguesia de São Martinho em 2025 foi contemplada com obras de arranjos no valor de € 200.000,00, e que se todas as freguesias do concelho tivessem recebido duzentos mil euros, todos estariam melhor e mais contentes.

Relativamente ao orçamento, disse que o executivo tem noção de que os orçamentos que têm vindo a ser apresentados são elevados, porque no ano transato e no ano em curso estavam previstas muitas candidaturas, e quando se colocam os valores de projeto têm que ser colocados os valores que cabe às candidaturas, e é por isso que os orçamentos são mais inflacionados.

Expôs que tem de se fazer constar as candidaturas porque o executivo nunca sabe em que momento as candidaturas são abertas ou fechadas, e se não constarem em orçamento depois não podem ser lançadas as obras. E se, neste relatório e contas, na obra do matadouro, tivessem sido concretizados cerca de um milhão de euros, aqui constaria 80 % de execução.

Afirmou que o executivo municipal gostaria que fosse tudo executado a 100 %, comentou que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho afirmou que a execução do orçamento da sua ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



freguesia chegou aos 97 %, mas que isso se deve ao facto de ser um orçamento mais pequeno e por isso ser mais facilmente exequível, e que caso tivesse celebrado um protocolo com a câmara teria chegado aos 100%.

O **Vereador Vítor Bernardo**, dirigindo a palavra ao Membro António Santos, disse que as obras por administração direta não estão reportadas no relatório de contas do ROC porque considerou que a Câmara de Miranda do Douro não faz obras, faz reparações e eles não reportam isso, ou seja, o trabalho que é feito nas águas, as condutas. A Câmara não faz estradas, caso as fizesse, sim, teria que ser contabilizado o investimento e que foi administração. Dirigindo a palavra ao Membro Emanuel Bernardo, fez uma resenha histórica do Código dos Contratos Públicos.

Mencionou que o Código dos Contratos Públicos é de 2008, Governo Sócrates. Nessa altura os valores do CCP eram os que agora o PSD está a propor. A diretiva da União Europeia que ordenou aos países que fizessem o código da contratação pública junto codificado, pede metade do que tem este código. Metade das interferências e entropias que tem este código. Quando veio a Troika em 2011, os valores deste código foram alterados para os que estão agora. E não funcionou.

Aliás, para os políticos e para os técnicos é mais confortável, muito mais confortável que vá a Tribunal de Contas do que se façam as câmaras pequenas com novecentos mil, e poucas câmaras pequenas levam a visto do Tribunal de Contas. As obras de novecentos mil euros já são obras de alguma envergadura para estas câmaras. Se lhe disserem que dez milhões é muito, se calhar também acha que dez milhões é muito. Ou que se calhar devia ser cinco. Mas isso é uma opção política. O que os montantes que agora aqui estão já estiveram em vigor de 2008 até a primeira revisão que houve da Troika e é isto que está a acontecer nesta mudança ao código da contratação pública. Sucede que poucas juntas utilizam as plataformas eletrónicas, utilizam uma espécie de código de contratação pública híbrida, sabem como é que isso funciona. Mas a câmara não.

A câmara para adquirir um serviço que sabe que vai ser adquirido àquela empresa, àquela entidade, àquela pessoa, tem que fazer um programa de procedimento, um caderno de encargos, deixar passar dez dias, que é só aquela pessoa que vai concorrer, que é o ajuste direto e o Membro António Santos sabe do que é que se está a falar. Assegurando que isto é uma entropia completa. Referiu que para lançar um concurso demoram seis meses, e que isso, num país civilizado, não pode acontecer. Disse que é evidente que quem estiver de má-fé tanto utiliza o bar aberto com estes valores como utiliza o bar aberto com os outros valores, ultrapassa os procedimentos legais e ponto final. Acha que, por exemplo, no orçamento que foi aqui aprovado em dezembro, esse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



orçamento nunca poderá bater certo porque não contém lá nenhuma alínea a dizer que o Trump e o Netanyahu iam invadir o Irão, porque não adivinham. Não corre mal apenas para a Câmara de Miranda, é para a Câmara de Miranda, é para o país, é para a Europa e para o mundo. Mencionou que 20 % do comércio passa num estreito que está fechado e em vez de fazerem 300 milhas náuticas têm que fazer 5.000. Portanto, isto vai correr mal e às vezes há vicissitudes daqui a um ano estarão a discutir aquilo de que está aqui a falar, não tem dúvida nenhuma.

Referindo-se ao que o Vice-Presidente da Câmara disse, se queriam que a execução fosse maior, certamente que queriam atingir os 100 %. E tal como ele justificou, se uma subcontratada do empreiteiro que está a fazer o matadouro tem um problema judicial e para os dois meses ou dois meses e meio, aí tinham executado a oitenta e tal por cento. Mas os factos são esses e o relatório é este, e é este que está em causa.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, exposta a intervenção do executivo municipal, questionou se havia mais alguma intervenção. Não havendo, colocou a votação a prestação de contas relativas ao ano 2025, a proposta de aplicação dos resultados, o relatório anual de auditoria em 31 de dezembro de 2025, a certificação legal de contas e o parecer do revisor oficial de contas. O presente assunto foi aprovado por maioria, com quatro abstenções dos membros Lísis Gonçalves, Carolina Mesquita, Emanuel Bernardo e Bruno Torrado.

2.2 Proposta pela Assembleia Municipal da lista de candidatos a juízes sociais para o biénio 2026-2028, a intervir nas causas da competência genérica dos tribunais de menores, comarca de Bragança, juízo de competência genérica de Miranda do Douro para apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu um pequeno esclarecimento ao executivo municipal sobre o tópico em análise.

O **Vereador Vítor Bernardo** expôs que esta seleção de juízes sociais é um procedimento legal que em termos práticos é: o miúdo que matou a mãe em Vagos, que era vereadora da Câmara de Vagos, foi julgado com juízes sociais. Por uma razão simples: era menor, cometeu um crime e como era menor e cometeu um crime não lhe pode ser aplicada uma pena penal, mas sim uma pena tutelar, uma medida tutelar. E a lei tutelar educativa prevê que quando há casos de um putativo internamento do menor, que acaba por ser uma prisão disfarçada, intervém o juiz da comarca e intervém dois membros da sociedade que são selecionados neste com uma lei própria e que são nomeados depois em Diário da República pela Senhora Ministra da Justiça, e que são



aprovados em reunião de câmara primeiro, em assembleia municipal e têm este procedimento todo e é um procedimento técnico também.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Senhor Vereador a explicação dada e questionou os membros desta Assembleia Municipal se havia alguma intervenção, tendo-se inscrito o membro Alfredo Eduardo Alves.

O **Membro Alfredo Eduardo Alves** disse que a sua intervenção é um pouco para agradecer às nove pessoas que se disponibilizaram para fazer parte disso. Afirmou que tem pena de já não poder fazer parte, porque já ultrapassou a idade.

Questionou se não haveria uma hipótese de a Câmara de fazer um movimento para pelo menos conseguir os quinze elementos.

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a situação é que esta lista que vem agora para aprovação é a lista possível. As pessoas não podem ser obrigadas a serem candidatas a juizes sociais, que isto é feito de uma forma voluntária, muito voluntariosa. Aproveitando para agradecer àquelas pessoas que vão integrar a lista, pelo facto de virem a ser designadas tão breve quanto possível como juizes sociais. Louvou essas pessoas por se terem voluntariado para isto quase que como um ato de coragem.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Senhora Presidente e, não havendo mais intervenções, colocou então esta proposta a votação, a qual mereceu aprovação por unanimidade.

2.3 Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo previstas na lei número 75 de 2013 de 12 de setembro com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia alguma intervenção, comentando que este assunto vem na senda dos protocolos que têm sido executados. Não havendo nenhuma intervenção, colocou este ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.4 Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo previstas na lei número 75 de 2013 de 12 de setembro com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.



O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se havia inscritos. Não havendo, colocou este ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.5 Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Silva e Águas Vivas no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo previstas na lei número 75 de 2013 de 12 de setembro com as posteriores alterações - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia alguma intervenção, e, não havendo, colocou este assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.6 7.ª alteração ao orçamento 2026, compreende a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 1.ª alteração modificativa ao plano de atividades municipais e a 1.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos - Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao executivo municipal para que explicasse a necessidade destas alterações.

A **Presidente da Câmara Municipal** expôs que esta alteração se prende tão só com o contrato interadministrativo que foi celebrado entre o Município de Miranda do Douro e a GNR. E tem a ver com a reabilitação do quartel da GNR. E tem a ver também com a requalificação das piscinas descobertas e a requalificação urbanística em diversos pontos do concelho.

Mas, essencialmente, o grande volume da alteração é a reabilitação do quartel da GNR.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de ouvidas então estas explicações, questionou os membros da Assembleia Municipal para saber se havia alguma intervenção, tendo solicitado o uso da palavra o membro Emanuel Bernardo.

O **Membro Emanuel Bernardo** agradeceu a explicação dada pela Senhora Presidente, dizendo que é aquilo que falavam há um bocado, que é quando é para alteração aqui para além do saldo da gerência anterior, esta questão da requalificação do quartel da GNR e como a Senhora Presidente falou e bem para além disso a questão de mais requalificações no concelho e também da piscina descoberta. Estão cá para aprovar, para ajudar, e depois estarão cá daqui a um ano para fazer o julgamento político dessa atuação. Afirmando que é assim que funciona em democracia.



O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia mais alguma intervenção, passando a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, dirigindo a palavra ao membro Emanuel Bernardo, disse que são quatrocentos mil euros que vêm para este concelho, foi para isso que foi feita esta alteração, afirmando que o executivo municipal quer muito cumprir a obra, referindo que esta obra tem que estar terminada em novembro de 2026. Acrescentou que o executivo também sabe que vai ser difícil, porque não é só para Miranda do Douro, foi para vários pontos do país. E se não houver empresas a concorrer, se não fizermos a obra, lá estão com quatrocentos mil euros.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, não havendo mais intervenções, colocava então a votação a sétima alteração ao orçamento, que compreende a primeira alteração modificativa ao orçamento da receita, a primeira alteração modificativa ao orçamento da despesa e também ao plano de atividades municipais e o plano plurianual de investimentos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2.7 Relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Miranda do Douro no ano de 2025 - Apreciação.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra e, tendo-lhe sido concedida, explicou que se trata simplesmente do relatório das atividades e do trabalho que a CPCJ fez neste concelho no ano de 2025. Acha que está muito bem, e espera que tenha uma apreciação positiva, e que, se acharem que há alguma coisa que tem que ser alterada, também aqui estão para ouvir.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que também queria deixar um pequeno comentário sobre este assunto. Prosseguindo, disse que o documento está bastante bem elaborado, afirmando que é bastante tangível e inteligível o que foi realmente efetuado.

Perguntou se havia alguma intervenção da parte dos membros desta Assembleia, tendo-se manifestado o membro António Santos.

O **Membro António Santos** referiu-se ao enorme trabalho que a CPCJ faz, à quantidade de processos que têm, algo que às vezes escapa ao conhecimento do público em geral, a quantidade de crianças que são acompanhadas, de problemas que existem, de processos, declarando que é um trabalho fantástico e que merece de facto ser reconhecido.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as intervenções e deu por encerrado este ponto.



2.8 Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Miranda do Douro e a Freguesia de Miranda do Douro no âmbito da manutenção da faixa de gestão de combustível da rede secundária, rede viária municipal - apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao executivo municipal para se pronunciar sobre este assunto.

A **Presidente da Câmara Municipal** disse que este é um protocolo que vem aqui, como já veio no ano anterior, para a execução da limpeza e desmatção em certos pontos que estão referidos neste protocolo. E espera que haja uma apreciação e uma deliberação positiva porque acredita que todos têm muito a ganhar com esse trabalho que vai ser feito pela Junta de Freguesia de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia alguma inscrição neste ponto ou algum pedido de esclarecimento. Não se tendo manifestado ninguém, colocou este ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.9 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal - Apreciação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que, como sempre, a informação lhes foi remetida e cabe aos membros, agora, levantar algum pedido de esclarecimento relativamente às informações prestadas por parte da Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal. Mencionou que, nestes relatórios informativos, o que tem de constar é a ação das divisões, não é a função das divisões. Mencionou que aconteceu no mandato anterior e tem acontecido até agora alguns reportes setoriais conterem apenas a função de certas divisões e não explicitamente o trabalho que desenvolveram. Exemplificando, disse: imaginemos que somos uma corporação de bombeiros, a Assembleia não quer saber a função dos bombeiros, que é bastante óbvia, quer saber quantos fogos foram apagados, quantas inundações foram resolvidas, quantos quilómetros foram percorridos, etc.

Assim, pretende que seja apresentado um relatório de atividade, e não um relatório da linha de ação destas divisões. Acrescentou que muitas vezes estes relatórios são repetidos, pelo que não se tornam úteis para uma verdadeira análise do ponto de situação dos serviços. Considera que quando isso acontece, é importante mandar para trás, explicar aos serviços municipais o problema, para que, assim, os chefes de divisão e de unidade possam providenciar a esta Assembleia Municipal material digno e discussão profícua. Senão, correm o risco de começarem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



a dizer "os políticos não fazem nada", "na câmara não se faz nada". Parece-lhe que é importante reportar tudo aquilo que é feito pelos políticos, neste caso tudo o que é feito pelos funcionários do nosso município. Pediu desculpa por ter intervindo neste tópico, mas acha que é importante que a qualidade da informação que lhes é remetida seja cada vez maior e nunca menor. Posto isto, perguntou se havia alguma questão por parte dos membros da Assembleia, manifestando-se o Membro António Santos.

O **Membro António Santos** disse que pretendia apenas assinalar como muito positiva a adjudicação da iluminação da muralha. Afirmou que é uma imagem de marca de Miranda do Douro. Quem vem de Espanha e vê a muralha toda iluminada enche o coração de orgulho. Já há anos que a muralha não estava iluminada e, portanto, fica muito satisfeito que tenha sido adjudicada e espera que seja executada.

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu que este processo se atrasou porque foi necessário pedir um parecer e sabem quando se pede um parecer todo o procedimento é que quase *ad aeternum*. Mas partilhou desse regozijo, afirmando que não há ninguém que goste tanto desta cidade, ou haverá pessoas que gostam desta cidade tanto quanto ela. Dizendo que, mais do que impactar quem a visita, é este nosso orgulho mirandês e a nossa proa de sermos mirandeses e de ver a cidade cada vez mais bonita e que ganha outra beleza com a iluminação exterior às muralhas. Acrescentou que desejava que esta empreitada estivesse concluída no 10 de julho, se não fossem os problemas que surgiram, entretanto, e foram surgindo.

Relativamente a esta informação sumária que aqui está e que foi distribuída a todos, deu boa nota dos comentários aqui deixados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Lembrou que não é de há muitos anos que esta informação sumária era muito mais complexa, tinha muito mais páginas e o executivo foi alertando para a necessidade de expurgar várias indicações que vinham aqui repetidas. O que vem aqui é a informação dos trabalhos que foram executados neste período entre 20 de fevereiro e 10 de abril, que é um período curto. Referiu que muitas das atividades que vêm plasmadas nesta informação e que estão aqui indicadas e muitas destas execuções são continuidade do período anterior e não de vir se calhar muitas delas em períodos sucessivos, porque uma obra não se executa neste ato temporal, naturalmente. Mas, se podiam fazer mais, se calhar podiam, mas às vezes é necessário também ter um bocado a perspetiva de que, isto é para todos, as juntas de freguesia numa escala menor, naturalmente, mas o município tem um âmbito de trabalho muito mais alargado e nem sempre é possível irem ao encontro de muitas das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



satisfações, quer dos presidentes de junta com quem tentam celebrar os protocolos. Considera que foi um passo que se deu muito à frente e a forma equitativa que se encontrou para a distribuição desse dinheiro através dos protocolos que lhes permite também executar muitos trabalhos e cada protocolo está direcionado para a execução de um determinado trabalho e é assim que tem de ser e têm sentido esse cumprimento. Deixou uma nota muito positiva do empenho dos presidentes de junta, embora às vezes com algum atraso, tal como foi o pedido do protocolo efetuado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, que chegou em outubro, numa época em que era impossível levar aquele assunto a reunião de câmara, porque era época de eleições, mas vai à próxima reunião de câmara, e virá na próxima reunião da Assembleia Municipal e haverão de se acertar em datas, porque mais do que tudo, e estando com visões políticas distintas, acha que aquilo que os une é a vontade de fazer a diferença no nosso concelho. E uma vontade conjunta de fazer essa diferença em prol de todos os habitantes do concelho e também de nós que somos habitantes naturais deste concelho.

Transmitiu que há aqui muita atividade no âmbito da divisão sociocultural, também com muito pendor na atividade dos Serviços de Ação Social da Câmara por causa dos projetos que estão em curso, que estão em execução, muitos deles também levados às aldeias que estão a criar muita dinâmica junto das aldeias. E é isto trabalhar em prol da comunidade que é como lhes dizia e como referiu, é o que os move. Naturalmente que não vão agradar a toda a gente, afirmando que este é o seu pressuposto: trabalhar com muita seriedade, com toda a legalidade, e que nunca ninguém duvide disso. Por isso, e dirigindo-se ao Membro Emanuel Bernardo, disse que quando aquele interveio, talvez ela tenha descontextualizado a questão das negociatas, mas foi aquilo que lhe ficou porque nunca houve, nunca haverá, nem querem que haja negociatas de qualquer tipo.

Declarou que este é um executivo que está a agir com total transparência e que é isto que querem fazer: transparência, legalidade, e, sobretudo, seriedade. Acrescentou que têm em cada um dos presidentes de junta também refletido muito destas características e de todos, naturalmente, afirmando que é de louvar muita da proximidade que são enquanto presidentes de junta que numa primeira linha suportam as preocupações da população que se o executivo está num serviço de proximidade os presidentes de junta ainda estão mais, para o bem e para o mal.

Manifestou que muitas das vezes são situações que até nem se consegue encontrar resposta e aí pode estar o executivo, pode estar a ação social, pode haver uma articulação e tem de haver essa articulação e sentem-na. Por isso, é que também foi referido aqui, pelo Membro António Santos,



e pelo Presidente da Assembleia Municipal, muito do trabalho que é feito pela CPCJ. Dizendo que do qual não podem tirar nenhum contributo para expor, é impensável, mas que esse trabalho é um trabalho que fica, que é feito fora dos holofotes e é isso que tem de ser feito. Referiu que o Membro António Santos, enquanto responsável da escola, sabe muito da intervenção dos nossos técnicos nesse âmbito, e que é com muito orgulho que vamos tomando conhecimento dessa relação de proximidade de estarem presentes para solucionar muitas das vezes no imediato esses problemas, que esses sim, são problemas gravíssimos que às vezes pensamos que não existem e que existem dentro de alguma escala porque vivemos numa bolha de normalidade. Mas há pessoas que não têm esse privilégio e é para essas pessoas que não têm o privilégio de viver dentro dessa bolha de normalidade que existem estes serviços e o que está patente neste relatório é esse trabalho magnífico que os técnicos estão a fazer. E, portanto, acha que é com muita satisfação que se vê o concelho a mover-se, a desenvolver-se, às vezes não é ao ritmo que desejariam, mas algo está a ser feito e é com regozijo que partilha estas palavras.

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se havia mais alguma intervenção, tendo-se manifestado o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, solicitou esclarecimentos adicionais sobre a informação prestada pela Presidente da Câmara Municipal. Relativamente à freguesia de São Martinho, notou que a empreitada "Arranjos Urbanísticos em Malhadas, São Martinho, Palaçoulo e Genísio" continua a ser reportada como estando em curso. Questionou se esta situação ainda corresponde ao contrato adjudicado à empresa Cota 700, salientando que esta informação já consta dos documentos há três sessões da Assembleia.

Relativamente à empreitada "arranjos urbanísticos de diversos pontos do concelho – muros", questionou se foram executados os metros na sua totalidade. Alertou, ainda, que não ficou concluído o que tinha conversado previamente com o Vice-Presidente, e, piorando, não se fez caixa de soleira, chegaram e descarregaram um camião de betume, originando a entrada de água em duas habitações.

Continuou dizendo que foi lançado o concurso para a transferência de verbas do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para o Município, e gostava de perceber se não há sobreposição de trabalhos. Fundamentou a sua dúvida recordando que a candidatura prevê a instalação de comedouros e bebedouros, uma intervenção que, segundo o mesmo, já fora executada pelo ICNF em parceria com a Associação de Caça e Pesca. Aproveitou para lamentar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



a postura adotada pelo ICNF em todo o processo de transferência de competências e de verbas, considerando-a penalizadora para o Município, para a Freguesia de São Martinho e para a respetiva população.

Por fim, questionou os motivos pelos quais a máquina de rastros, esse grande investimento do Município apoiado pelo ICNF, ainda não se encontra operacional. Sublinhou a necessidade premente da afetação deste equipamento às freguesias, nomeadamente na rede viária florestal secundária das freguesias.

Em resposta, o **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, quanto à intervenção nos muros, esclareceu que era para ser feito mais um bocado de muro, mas os metros que faltavam não chegavam para fazer o muro. O processo foi encerrado e será lançado um novo concurso.

Relativamente aos projetos com o ICNF, esclareceu que a verba de 250 mil euros decorreu de um compromisso assumido pelo Secretário de Estado das Florestas aquando dos incêndios e é isso que está plasmado nas candidaturas.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reforçou que se preocupam com as freguesias e com São Martinho, inclusive. Sublinhou que, não obstante a trágica ocorrência dos incêndios, a Freguesia de São Martinho teve direito às referidas intervenções, manifestando o desejo de que sejam bem aproveitadas e bem aplicadas.

Relativamente à máquina de rastros, clarificou que a aquisição resultou de uma candidatura da CIM Terras de Trás-os-Montes ao programa Norte 2030, estando afeta à Proteção Civil. Informou que o seguro do equipamento se encontra ativo desde 16 de abril e que os operadores estão atualmente a receber formação. Ressaltou, contudo, que a máquina se destina à abertura e manutenção de caminhos para prevenção de incêndios e não à reparação de vias comuns.

O **Vereador Vítor Bernardo** comentou que há pouco o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Lourenço, saudou a nomeação do Carlos Cabreiro para Diretor Nacional da PJ, e também ele o saúda. Saudou também a eleição pela Assembleia da República como vogal do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais um homem de Picote, o Dr. António Silva Preto, que é vogal nos próximos três anos do órgão de disciplina e de avaliação dos juizes dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

A **Presidente da Câmara Municipal**, para concluir, deixou um convite para que todos juntos assistissem à inauguração da exposição que vai decorrer no Arquivo Municipal em Miranda do Douro às 17h00 e ao lançamento de um livro também alusivo, quer ao 25 de abril quer aos 50 ANOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO DE 24 DE ABRIL

ATA N.º 3/2026



anos do poder local. Mencionou que é uma exposição que está a ser feita com o apoio da Efêmera, o que também muito os regozija. E convidou também a população e os membros desta Assembleia a juntar-se a eles amanhã na Casa da Cultura numa espécie de tertúlia que vão fazer em torno desta temática do 25 de abril onde serão lidos alguns poemas alusivos a esta efeméride e espera que também se transforme numa conversa aberta sobre experiências vividas pelas pessoas que queiram partilhar e tornar esse momento digno do festejo que ora fazem.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Senhora Presidente, e, não havendo mais intervenções, passou para o ponto seguinte.

2.10 Outros assuntos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum dos presentes pretendia expor mais algum assunto, tendo-se inscrito o Membro Luís Santiago.

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago**, interveio para manifestar a sua satisfação pelo bom funcionamento da transmissão em direto da sessão e pela elevada adesão do público, sugerindo a aquisição de microfones adicionais para a mesa técnica de forma a otimizar a qualidade do som.

A **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra para informar que já se encontra em curso o procedimento para a aquisição de seis novos microfones, com vista a reforçar a qualidade das transmissões *online*. Enalteceu o profissionalismo da equipa técnica e agradeceu a presença dos munícipes no local, bem como daqueles que acompanharam a sessão de forma remota. Por fim, destacou a postura ordeira e o civismo que têm pautado as sessões da Assembleia Municipal, elogiando a condução dos trabalhos por parte do Senhor Presidente da Assembleia e agradecendo o apoio prestado pelo secretariado e respetivo gabinete de apoio.

3. Período de intervenção do público.

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se estava presente algum cidadão que quisesse participar. Não se verificando nenhum inscrito, deixou algumas notas.

Expôs que ao longo desta reunião da assembleia a assistência tinha oscilado entre as 60 e as 80 pessoas, comentando que desde 2000, se fossem somados todos os convidados e cidadãos que estiveram nesta assembleia, provavelmente não chegariam a uma assistência tão grande, estando certo de que este número vai subir em futuras transmissões.

Relembrou que as intervenções no âmbito do período de intervenção do público só podem ser efetuadas presencialmente, e que as gravações das reuniões serão disponibilizadas no YouTube.



Acrescentou que, nas próximas reuniões da assembleia, será já feito o *streaming* em direto do YouTube, pois é mais fácil, e, se a Presidente da Câmara Municipal assim o anuir, as gravações também serão disponibilizadas no site do município, numa nova aba da Assembleia Municipal.

Concluindo, deixou a seguinte nota:

“O 25 de abril trouxe muita coisa e muita coisa boa, mas, às vezes, temos uma noção um bocadinho errada que é a liberdade de expressão. Na liberdade de expressão não vale tudo. A nossa liberdade acaba quando começa a liberdade do outro. Por isso, eu peço cuidado a alguns comentários que as pessoas têm feito nas redes sociais, especialmente até ao longo desta Assembleia Municipal, que não dignificam nada. Não dignificam o concelho, não dignificam esta Assembleia, não dignificam o executivo municipal e, meus caros, sempre que for para vos defender cá estarei e não me coaduno com certos comentários. Uma coisa é criticar atuação, criticar não cumprimento de programa eleitoral, criticar faltas de comprometimento, outra coisa é insultar livremente pessoas argumentando que isso é liberdade de expressão.”

Por último, colocou em deliberação um voto de confiança na mesa da Assembleia Municipal para redação da ata em minuta, tendo sido aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída esta reunião eram doze horas e trinta e seis minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Secretária Redatora,
